



# Resolução de Questões

## Direito Financeiro

**André Portella**

**CESP**

# **Procurador Federal Advocacia Geral da União**

2006; 2009; 2012

# **Estrutura Geral das Resoluções**

**Direito Financeiro: 41 questões**

# Estrutura dos Módulos

**Módulo I: Direito Financeiro, Orçamento Público e Princípios Orçamentários; Leis Orçamentárias e Relatórios Financeiros (20 Q.)**

**Módulo II: Despesa Pública; Controle Externo e Tribunais de Contas(21 Q.)**

# Módulo I: 20 Questões

1. Direito Financeiro, Orçamento Público e Princípios Orçamentários (12 questões)
2. Leis Orçamentárias e Relatórios Financeiros.
  - 2.1. PPA. LDO. LOA (06 questões)
  - 2.2. Processo Legislativo Orçamentário (02 questões)

# **DIREITO FINANCEIRO, ORÇAMENTO PÚBLICO E PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS**

## **12 QUESTÕES**

# Estrutura do Módulo

1. Direito Financeiro
2. Orçamento Público
3. Princípios Orçamentários



# Direito Financeiro

**\* É o ramo do Direito que trata das normas jurídicas relativas ao financiamento do Estado**

**a) Estrutura financeira da Administração Pública direta, indireta e Fundacional**

- Receita e Despesa Pública**

- Patrimônio e Dívida Pública**

**b) Oçamento Público**

**c) Controle das Finanças**

# Direito Financeiro

**\* Instrumentos legislativos fundamentais:**

- a) CF/88, especialmente arts. 163 a 169 (Capítulo “Das Finanças Públicas”)**
- b) Lei 4.320/64 – Regulamenta as Finanças Públicas (formalmente Ordinária, materialmente Complementar)**
- c) LC 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal**

# Orçamento Público

- \* **Perspectiva Financeira Clássica:**
  - “Orçamento Estático”
  - “Lei de Meios”
  - Mero inventário de recursos

# Orçamento Público

## \* Perspectiva Financeira Moderna:

- “Orçamento Programa”
- Lei que determina os rumos financeiros do Estado
- Instrumento de planejamento de políticas públicas

# Orçamento Público

## **\* Estrutura Financeira Tripartite:**

- a) Orçamento Fiscal de todos os Poderes, órgãos, ou Fundos, bem como das empresas estatais dependentes**
- b) Orçamento da Seguridade Social de todos os Poderes, órgãos, e Fundos**
- c) Orçamento de investimento das empresas estatais independentes**

# Orçamento Público

- \* Perspectiva Jurídica tripartite:**
  - a) Lei do Plano Plurianual (PPA)**
  - b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**
  - c) Lei Orçamentária Anual (LOA)**

# Orçamento Público

**\* STF:**

- Lei formal**
- Natureza “autorizativa”**

# Orçamento Público

**\* Não há a figura do “Orçamento Nacional”**



## CESPE – AGU 2009

Ainda acerca dos orçamentos, julgue os itens que se seguem.

57. O orçamento é um ato administrativo da administração pública.

\* CERTO

\* ERRADO

# Princípios Orçamentários

<b>Legalidade</b>	<b>Anualidade</b>
<b>Unidade ou Harmonia</b>	<b>Precedência</b>
<b>Exclusividade</b>	<b>Não-vinculação da receita de imposto</b>
<b>Universalidade</b>	<b>Vedação ao Estorno de Verba</b>
<b>Orçamento-Bruto</b>	<b>Equilíbrio</b>
<b>Especificação</b>	<b>Transparência</b>

# Legalidade

**\* Receita e despesa públicas devem estar estabelecidas em Lei (CF/88, art. 167, I, II, V)**

# Legalidade

- \* Essência da idéia de Orçamento: autorização do Legislativo ao Executivo
- \* Corolário da indisponibilidade do patrimônio público
- \* Segurança Jurídica ao cidadão

# Legalidade

**\* Orçamento Público e instrumentos legislativos**

- a) CF/88: estrutura fundamental e princípios do Orçamento Público**
- b) LC: regras gerais sobre o Orçamento Público (Lei 4.320/64; LRF)**
- c) Lei Ordinária: receita e despesa (PPA, LDO, LOA, leis dos créditos adicionais)**

## **\* Créditos Adicionais:**

- a) Especiais: despesas não-previstas**
- b) Suplementares: despesas subdimensionadas**
- c) Extraordinários: despesas imprevisíveis**

# Legalidade

**\* Vedação ao início de programa ou projeto não previsto na LOA (CF/88, art. 167, I)**

**\* Vedação à realização de despesa superior à orçada, ou previstas nas leis de créditos adicionais (suplementares ou adicionais) (CF/88, art. 167, II)**

## \* Exceção:

- Créditos Extraordinários: MP ou Decreto (CF/88, art. 167, §2º)



## CESPE – AGU 2006

Considerando as atribuições constitucionais e legais dos órgãos públicos em matéria financeira, julgue os itens seguintes.

72. Se um dirigente de um órgão público inicia a execução de um projeto não incluído na LOA, estará contrariando uma norma constitucional.

\* CERTO

\* ERRADO

## CESPE – AGU 2009

59. É possível a transposição de recursos de uma categoria de programação para outra, com a prévia autorização legislativa.

\* CERTO

\* ERRADO

## CESPE – AGU 2006

O orçamento nacional deve ser equilibrado. As dívidas públicas devem ser reduzidas; a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viverem por conta pública.

Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 a.C.

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir à luz do direito financeiro.

79. É vedada a realização de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais; admite-se, todavia, a assunção de obrigações diretas acima dos créditos orçamentários ou adicionais, quando destinadas a fazer face a situações como as calamidades públicas.

\* CERTO

\* ERRADO

# Exclusividade

- \* Lei Orçamentária somente deve prever receita e fixar despesa (CF/88, art. 165, §8º)
- \* Crítica de Rui Barbosa ao que chamava “Orçamentos Rabilongos”

# Exclusividade

**\* Exceções (CF/88, art. 165, §8º):**

**a) Autorização para abertura de crédito suplementar**

**b) Autorização para contratação de operação de crédito**

# Especificação

- \* Indicação das despesas e receitas de forma não-global (CF/88, art. 165, §6º)
- \* Exceção: Reserva de Contingência

## CESPE – AGU 2006

Considerando as atribuições constitucionais e legais dos órgãos públicos em matéria financeira, julgue os itens seguintes.

75. De acordo com o princípio da especialização, a LOA não pode conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

\* CERTO

\* ERRADO

## CESPE – AGU 2006

Considerando as atribuições constitucionais e legais dos órgãos públicos em matéria financeira, julgue os itens seguintes.

73. Apesar da regra geral de que a LOA não deve consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, atualmente, uma dotação destinada à manutenção de um órgão público engloba, em um mesmo valor, as destinações a material de consumo e serviços de terceiros, em conformidade com as classificações definidas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

\* CERTO

\* ERRADO



# Universalidade

- \* O Orçamento contempla a totalidade das receitas e despesas (CF/88, art. 165, §5º)**
- \* Não há a figura do “Orçamento Nacional”**

# Universalidade

## **\* Estrutura do Orçamento:**

- a) Orçamento Fiscal de todos os Poderes, órgãos, ou Fundos, bem como das empresas estatais dependentes**
- b) Orçamento da Seguridade Social de todos os Poderes, órgãos, e Fundos**
- c) Orçamento de investimento das empresas estatais independentes**

# Universalidade

**\* Empresas estatais independentes: aquelas que não recebem do seu ente controlador recursos financeiros necessários ao pagamento das suas despesas (LRF, art. 30, III)**

**\* Obs.: o recebimento de recursos financeiros para aumento da participação acionário não é pagamento de despesa**

# Universalidade

**\* Exceções:**

**a) Criação de tributos por lei após o Orçamento, mas antes do Exercício Financeiro**

**Súmula STF 66: É legítima a cobrança do tributo que houver sido aumentado após o orçamento, mas antes do início do respectivo exercício financeiro.**

# Universalidade

**\* Exceções:**

**b) Receitas e despesas operacionais (correntes) de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, consideradas “estatais independentes”**

**c) Receitas “extraorçamentárias”: ARO’s, Emissões de papel-moeda, Outras entradas compensatórias (cauções, depósitos, consignações)**

## CESPE – AGU 2009

Ainda acerca dos orçamentos, julgue os itens que se seguem.

55. O princípio da universalidade estabelece que todas as receitas e despesas devem estar previstas na LOA.

\* CERTO

\* ERRADO

# Não-vinculação da receita de imposto

**\* É vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa (CF/88, art. 167, IV)**

# Não-vinculação da receita de imposto

**\* Exceções (relativas a impostos específicos):**

**a) Impostos indicados pela CF/88, art. 167, IV**

- IR (48% e IRRF dos Entes Políticos)
- IPI (48% e 10%)
- ITR (50% ou 100%)
- IOF sobre ouro-ativo financeiro (30% e 70%)
- Imposto Residual (20%)
- ICMS (25%)
- IPVA (50%)



# Não-vinculação da receita de imposto

**\* Exceções (relativas a prestação de garantias):**

**b) Para garantir empréstimos dos Estados, DF e Municípios junto à União CF/88, art. 167, §4º**

**c) Para garantir operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO)**

# Não-vinculação da receita de imposto

**\* Exceções (voltadas à saúde e educação):**

**d) Para aplicar os percentuais mínimos legais das ações e serviços públicos de saúde (CF/88, 198, §2º)**

**e) Para o ensino, no mínimo de 18% para a União, e de 25% para demais Entes**

# Não-vinculação da receita de imposto

**\* Exceções (voltadas à Administração Tributária):**

**f) Para realização de atividades da Administração Tributária, em conformidade com a CF/88, art. 37, XXII**

# Não-vinculação da receita de imposto

## \* Observação:

- O ADCT, art. 76 estabelece a chamada DRU (Desvinculação das Receitas da União), pela qual se desvincula de órgão, fundo ou despesa, até 31.12.2015, 20% da arrecadação da União de impostos, de contribuições sociais e de CIDE
- Esta desvinculação não alcança as transferências oriundas da arrecadação do IR, IPI, ITR, IOF

## CESPE – AGU 2009

Ainda acerca dos orçamentos, julgue os itens que se seguem.

56. O princípio da não-afetação refere-se à impossibilidade de vinculação da receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, com exceção de alguns casos previstos na norma constitucional.

\* CERTO

\* ERRADO

## CESPE – AGU 2006

Considerando as atribuições constitucionais e legais dos órgãos públicos em matéria financeira, julgue os itens seguintes.

76. É vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, não havendo qualquer exceção que vincula a receita de impostos a um benefício específico e divisível para o contribuinte.

\* CERTO

\* ERRADO

# Equilíbrio

- \* O montante das despesas fixadas deverá equivaler ao montante das receitas previstas**
- \* Princípio de inspiração econômica, contábil, sem previsão constitucional, sem previsão constitucional expressa**

# Equilíbrio

\* **Equilíbrio Formal:** o equilíbrio entre receita e despesa depende de operações de crédito (“tomar dinheiro emprestado”). Não há desequilíbrio no resultado nominal (considerando as operações de crédito), mas há desequilíbrio no resultado primário (sem considerar operações de crédito).

\* **Equilíbrio Material:** há equilíbrio entre receita e despesa, sem a necessidade de recorrer a operações de crédito (“tomar dinheiro emprestado”).



# Equilíbrio

**\* É possível que o equilíbrio existente no projeto de LOA venha a ser desfeito em função de veto, emenda ou rejeição:**

**CF/88, art. 166, § 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.**

## CESPE – AGU 2006

O orçamento nacional deve ser equilibrado. As dívidas públicas devem ser reduzidas; a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viverem por conta pública.

Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 a.C.

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir à luz do direito financeiro.

77. O conceito de equilíbrio formal impede a produção de resultado primário.

\* CERTO

\* ERRADO

## CESPE – AGU 2006

O orçamento nacional deve ser equilibrado. As dívidas públicas devem ser reduzidas; a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viverem por conta pública.

Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 a.C.

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir à luz do direito financeiro.

80. O equilíbrio formal do projeto de Lei do Orçamento (total de receita nominal igual ao total da despesa nominal), que o Poder Executivo encaminha para o exame e aprovação do Poder Legislativo, é uma premissa básica de finanças públicas que não consta de norma constitucional expressa.

\* CERTO

\* ERRADO

## CESPE – AGU 2006

O orçamento nacional deve ser equilibrado. As dívidas públicas devem ser reduzidas; a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viverem por conta pública.

Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 a.C.

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir à luz do direito financeiro.

81. Há previsão constitucional de possível ação do presidente da República que gera, como consequência natural, o desequilíbrio formal de projeto de lei orçamentária aprovado pelo Congresso Nacional com equilíbrio formal.

\* CERTO

\* ERRADO

**PPA. LDO. LOA**

**06 QUESTÕES**

# Leis Orçamentárias

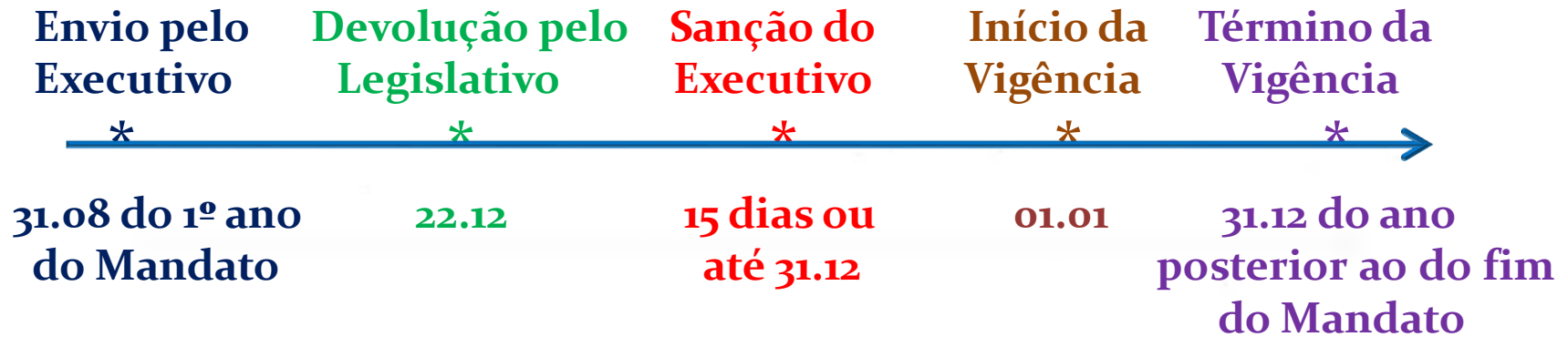
- \* Estrutura do Orçamento na perspectiva legislativa
  - a) Lei do Plano Plurianual – PPA
  - b) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO
  - c) Lei Orçamentária Anual – LOA

# Plano Plurianual – PPA

## \* Vigência

- Duração: 4 anos
- Início: segundo exercício do Mandato
- Término: primeiro exercício do Mandato seguinte

# Plano Plurianual – PPA





# Plano Plurianual – PPA

- \* Finalidade: fixar, de forma regionalizada, as Diretrizes, Objetivos e Metas do Governo
  - **D**iretrizes: orientações gerais, princípios
  - **O**bjektivos: resultados pretendidos
  - **M**etas: quantificação física e financeira

# Plano Plurianual – PPA

## **\* Conteúdo:**

- Despesas de Capital**
- Despesas Correntes, oriundas da Despesa de Capital**
- Programas de duração continuada (mais de um Exercício Financeiro)**

## CESPE – AGU 2012

No que se refere aos orçamentos e ao controle de sua execução, julgue os itens seguintes.

53. O PPA, que define o planejamento das atividades governamentais e estabelece as diretrizes e as metas públicas, abrange as despesas de capital e as delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.

\* CERTO

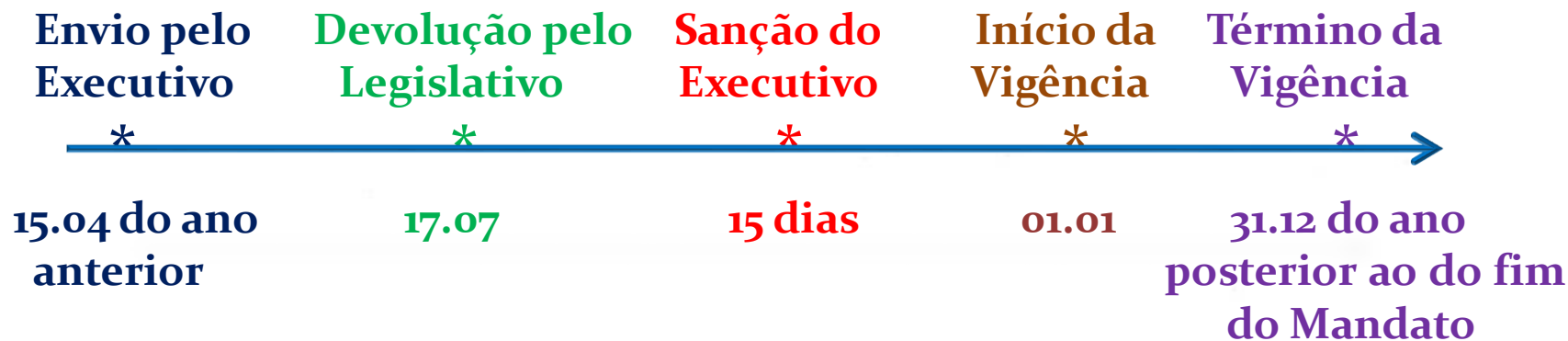
\* ERRADO

# Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

## \* Vigência

- Duração: 1 ano
- Início: 1º de janeiro
- Término: 31.12

# Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO



# Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

**\* Finalidade (CF/88): estabelecer Metas e Prioridades, incluindo despesas de capital, para o Exercício posterior**

- Alterações na Legislação Tributária**
- Política de aplicação das Agências de Fomento**
- Autorização de vantagens ou aumentos de remuneração de servidores, criação de cargos e contratação (exceto no caso das Empresas Estatais)**

# Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

**\* Finalidade (LRF): principal instrumento de planejamento**

- Dispor sobre equilíbrio de Receita e Despesa**
- Aprovar normas para controle e avaliação de Programas**
- Disciplinar as transferências**
- Definir o resultado primário, com vistas à redução da dívida**
- Estabelecer critérios para a limitação de empenho**
- Fixar a reserva de contingência**

# Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

## \* Anexos criados pela LRF:

- Anexo de Metas Fiscais: instrumento de planejamento trienal
- Anexo de Riscos Fiscais: passivos contingentes e medidas a adotar
- Anexo Específico da União: objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial



## CESPE – AGU 2012

No que se refere aos orçamentos e ao controle de sua execução, julgue os itens seguintes.

54. A lei de diretrizes orçamentárias destina-se, entre outros objetivos, a orientar a elaboração da lei orçamentária anual, nada dispondo, todavia, a respeito do equilíbrio entre receitas e despesas.

\* CERTO

\* ERRADO

## CESPE – AGU 2009

Acerca das normas constitucionais que regem os orçamentos, julgue os itens a seguir.

51. A LDO inclui as despesas de capital para os dois exercícios financeiros subsequentes.

\* CERTO

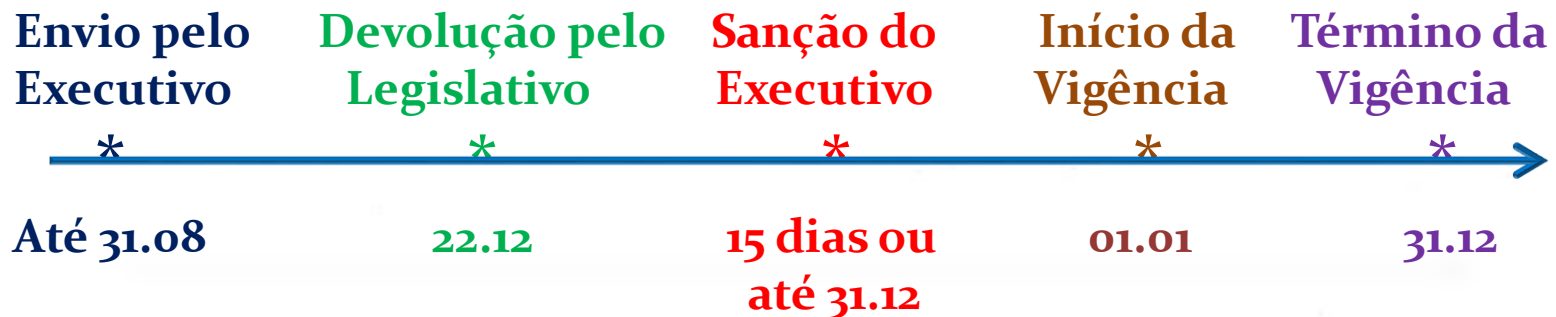
\* ERRADO

# Lei Orçamentária Anual – LOA

## \* Vigência

- Duração: 1 ano
- Início: 1º de janeiro
- Término: 31.12

# Lei Orçamentária Anual – LOA



# Lei Orçamentária Anual – LOA

## \* Estrutura:

- OF – Orçamento Fiscal dos Entes, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais dependentes
- OI – Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais independentes
- OSS – Orçamento da Seguridade Social

## CESPE – AGU 2009

Acerca das normas constitucionais que regem os orçamentos, julgue os itens a seguir.

52. A LOA disporá sobre as alterações na legislação tributária.

\* CERTO

\* ERRADO

## CESPE – AGU 2009

Acerca das normas constitucionais que regem os orçamentos, julgue os itens a seguir.

53. A LOA não conterá dispositivo estranho à fixação da receita e à previsão de despesa.

\* CERTO

\* ERRADO

## CESPE – AGU 2009

Acerca das normas constitucionais que regem os orçamentos, julgue os itens a seguir.

54. A LOA poderá conter contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

\* CERTO

\* ERRADO



# PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO

## 02 QUESTÕES

# Processo Legislativo Orçamentário

**\* O Executivo elabora o Orçamento, com base nas propostas parciais dos demais Poderes, MP e TC**

# Processo Legislativo Orçamentário

**\* Mensagem Retificadora do Executivo: propõe alteração nos Projetos até o início da votação na Comissão Mista da parte a ser alterada**

# Processo Legislativo Orçamentário

**\* Emendas:**

- a) apresentadas em Comissão Permanente, apreciadas em Plenário**
- b) compatibilidade com o PPA e a LDO**
- c) Indicação dos recursos necessários (anulação de outras despesas – dotações –, exceto as relativas a pessoal e seus encargos, serviço da dívida, e transferências tributárias constitucionais)**
- d) correções e maior clareza**

# Processo Legislativo Orçamentário

**\* Não envio da Lei Orçamentária:**

**a) Considera-se como proposta Lei vigente (Lei 4.320/64, art. 32)**

**b) Crítica: os gastos e receitas jamais serão os mesmos**

**c) Interpretação: apenas uma prorrogação parcial para suprir lacuna no sistema**

# Processo Legislativo Orçamentário

## \* Rejeição pelo Legislativo

a) Impossível quanto ao PPA e LDO

b) Possibilidade quanto à LOA

c) Os recursos relativos à rejeição podem ser usados mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia autorização legislativa

# Processo Legislativo Orçamentário

**\* Não-devolução pelo Legislativo**

**a) Lacuna legislativa**

**b) A LDO costuma determinar que o Executivo poderá utilizar determinada proporção (X/12) da proposta em tramitação**

## CESPE – AGU 2012

No que se refere aos orçamentos e ao controle de sua execução, julgue os itens seguintes.

55. Após o envio dos projetos de lei relativos ao PPA, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual ao Congresso Nacional, o presidente da República não poderá apresentar proposta de modificação desses projetos.

\* CERTO

\* ERRADO



## CESPE – AGU 2009

De acordo com o que estabelece a CF acerca das finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

60. Emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas , desde que sejam compatíveis com o plano plurianual.

\* CERTO

\* ERRADO

